



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

**A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA HISTÓRIA DO MUNDO COMO
EPISTEMICÍDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OFICINA SUBJETIVIDADE, GÊNERO E
RACISMO PARA SERVIÇOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES.**

SAMARA DA PAZ FORMIGA¹

FLAVIANE DE SOUZA OLIVEIRA²

LUCIANA ALVES DE BRITO³

LETICIA MACHADO DE MATOS⁴

JÉSSICA PORTE DA SILVA FARIAS⁵

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência de uma atividade desenvolvida por um projeto de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de promover reflexões sobre a equidade nas relações sociais, abordando questões de raça, gênero e sexualidade, com ênfase na transformação dos processos de trabalho nas políticas públicas voltadas para o enfrentamento contra a mulher.

Palavras-chaves: Antirracismo, Epistemicídio, Interseccionalidade, Mulheres Negras, Violência de gênero

ABSTRACT

This work reports on the experience of an activity developed by a teaching, research, and extension project, aimed at promoting reflections on equity in social relations. It addresses issues of race, gender, and sexuality, with a focus on transforming work processes in public policies aimed at combating violence against women.

Keywords: Anti-racism, Epistemicide, Intersectionality, Black Women, Gender-based violence

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

⁵ Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

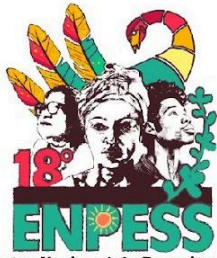
A experiência relatada foi desenvolvida a partir de atividade Roda de conversa construída em projeto composto por uma docente e cinco estudantes de Serviço Social, que articula ensino, pesquisa e extensão, em uma universidade pública no Rio de Janeiro articulando os temas: subjetividade, práticas sociais e o trabalho de assistentes sociais.

O projeto tem como princípios organizadores o antirracismo, o antirracismo e a anti-lgbtfofia, articulando subsídios teórico-críticos do campo da subjetividade para uma melhor compreensão dos processos de subjetivação e das práticas sociais no interior do capitalismo contemporâneo, considerando que a internalização de valores, crenças, pensamentos e visões de mundo configuram processos de subjetivação que resultam na maneira singular com a qual sujeitas e sujeitos agem se relacionam, considerando a centralidade do trabalho, a pauperização, a violência e o sofrimento-existência social.

O objetivo geral do projeto é promover junto a trabalhadoras/es da política pública de enfrentamento a violência contra mulher, reflexões sobre equidade nas relações sociais, em termos de relações étnico-raciais, gêneros e sexualidades, como estratégia de trabalho. Seus objetivos específicos são: promover a reflexão sobre a relação entre racismo, sexismo, homofobia e transfobia e a naturalização de processos de trabalho discriminatórios instituídos nos espaços sócio-ocupacionais das políticas setoriais públicas; fomentar a construção de estratégias de trabalho voltadas para o combate às práticas de racismo, sexismo, homofobia e transfobia institucionais; promover educação permanente, formação continuada e aperfeiçoamento de trabalhadoras/es da política de enfrentamento à violência contra a mulher; incentivar o uso de mídias e tecnologias inovadoras para produzir e difundir conhecimentos sobre relações étnico-raciais, de gênero e sexualidades; colaborar na qualificação da graduação de estudantes de Serviço Social; e fomentar a produção de pesquisas no Serviço Social sobre as temáticas propostas.

2. A EXPERIÊNCIA DA RODA DE CONVERSA: Mulheres Negras na História do Mundo

Dentre as atividades realizadas pelo projeto ao longo de dois anos, destacamos para o Relato de experiência a Roda de conversa: “Subjetividade, Gênero e Racismo: Mulheres Negras na História do Mundo”, realizada em um Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM),



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

no município do Rio de Janeiro, como parte da agenda do Julho das Pretas (2023), voltada para o fortalecimento da ação política coletiva e autônoma das mulheres negras nas diversas esferas da sociedade, e em celebração ao 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latina Americana e Caribenha e Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra.

O CEAM é um equipamento público que compõe a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM-Rio) com atendimento social, psicológico e orientação jurídica gratuita para mulheres em situação de violência doméstica.

No âmbito do trabalho profissional a estratégia Roda de conversa se configura como um espaço para promover tanto o reconhecimento de condições de opressão de gênero e racial como para construir estratégias para o enfrentamento das violências estruturais que afetam as mulheres, especialmente as mulheres negras.

Nessa direção, a base teórico-metodológica da atividade é a interseccionalidade, como uma abordagem crítica na importante na desconstrução de práticas institucionalizadas de racismo e sexismo, considerando que os eventos históricos, especialmente quando protagonizados por mulheres negras não são conhecidos por amplas parcelas da população, o que entendemos como um dos fatores de manutenção da violência racial e de gênero em nossa sociedade. Adotamos particularmente a perspectiva de interseccionalidade de Patrícia Hill Collins.

Interseccionalidade oferece uma janela para pensar sobre o significado de ideias e ações sociais na promoção de mudança social [...] e “não é o único projeto de conhecimento que se envolve com a resolução de problemas sociais, mas é aquele que dialoga com as complexidades de um mundo social em mudança (...)” (Collins, 2022, p.38).

A violência contra as mulheres negras tem raízes históricas profundas, que remontam aos períodos coloniais e escravistas, e seu desdobramento no presente está ligado à relação interseccional entre racismo e sexismo dentro do sistema capitalista. Essa dinâmica reforça as opressões que as mulheres negras enfrentam, tornando essencial um resgate crítico da história das sociedades coloniais escravistas.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, o colonialismo, o escravismo e as abolições com poucos direitos às populações negras, constituem fatores estruturais que moldaram as sociedades de classes. As histórias de resistência das mulheres negras em toda a América Latina e Caribe têm como ponto comum a luta contra a escravidão e o enfrentamento ao mito da democracia racial. Esse mito foi instaurado como uma estratégia dos Estados nacionais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para promover o embranquecimento e o apagamento das populações negras, buscando ocultar as continuidades da opressão racial, configurando-se como um epistemicídio:

Processo de banimento social e exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (Carneiro, 2005, p.97).

A partir do conceito de epistemicídio trabalhado por Sueli Carneiro compreendemos o racismo, na concepção de Clóvis Moura (1994), como uma arma ideológica de dominação que tem sido sistematicamente usada pelo Estado brasileiro contra populações negras e indígenas, pelo assassinato de seus corpos e apagamento de suas culturas.

O epistemicídio pode ser entendido como uma ferramenta (dispositivo) de disseminação de um pensamento de desumanidade em relação aos grupos discriminados, pela negação de suas capacidades humanas. Por outro lado, legitima a humanidade eurocentrada, fortalecendo a corrente que afirma o pensamento e a estética corporal europeias como únicas detentoras de capacidade civilizatória. O que exclui toda uma humanidade não europeia ocidental da capacidade de produção de conhecimento.

O epistemicídio viola os direitos humanos pelo poder de desconsiderar conhecimentos e saberes a partir da invalidação social das sujeitas e sujeitos que os produzem.

(...) o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual (Carneiro, 2005, p.97).

É nessa condição de invalidação social, que as mulheres negras têm enfrentado desafios em diferentes sociedades e épocas, obstáculos que afetam não apenas a sua organização coletiva, mas também o reconhecimento do seu lugar como sujeitas de suas histórias.

Conforme a terceira edição do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 08/03/24, as mulheres negras foram as que mais sofreram violências, nos 12 meses que antecederam a pesquisa.

No País, entre 2017 e 2021, a taxa de morte de mulheres pretas ou pardas sempre foi maior do que aquela de mulheres brancas, tanto no domicílio quanto fora dele. Não obstante, as taxas de homicídios ocorridos fora da residência de vítimas pretas ou pardas foram o dobro daquelas de vítimas brancas (IBGE, 2024, p. 15).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Dados que justificam a realização da Roda de conversa em serviços de enfrentamento das violências contra mulheres e de promoção do acesso aos seus direitos, na perspectiva de trabalhar com elas a sua autonomia, incluindo na atividade usuárias e trabalhadoras/es dos serviços.

A Roda de conversa foi guiada pela pergunta: "*Quantas mulheres negras na história do mundo você conhece?*". A partir dessa questão promovemos às/aos participantes uma reflexão lúdica e educativa sobre mulheres negras que resistiram ao racismo e à opressão de gênero em diferentes épocas, no Brasil e em outras partes do mundo.

Na atividade, as reflexões sobre o enfrentamento à violência foram abordadas a partir da apresentação das trajetórias de lutas e resistências de diversas mulheres negras ao longo da história, desde as lutas contra-coloniais da rainha Nzinga Mbandi (1580-1663), que formou alianças para libertar Angola da influência europeia, passando Dandara dos Palmares, guerreira negra do período colonial do Brasil, que lutou ao lado de Zumbi dos Palmares; Tereza de Benguela, líder quilombola no século XVIII, cuja resistência durou duas décadas; Enedina Alves Marques, a primeira engenheira negra do Brasil; até mulheres do século XX, como Carolina Maria de Jesus, autora de "Quarto de Despejo", que documentou a vida nas favelas brasileiras.

Nessa linha, a Roda de conversa traz à tona a importância de manter viva a memória e a história das mulheres negras, possibilitando que suas vozes e experiências evocadas no presente transformem o futuro. Ao destacar exemplos das diversas mulheres negras ao longo da história, a atividade não apenas resgata essas trajetórias, mas também utiliza essas histórias como estratégias de conscientização e enfrentamento das violências sofridas.

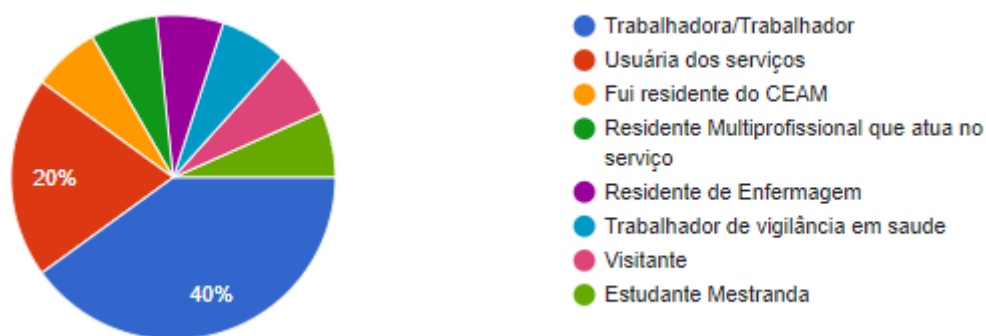
3. O QUE APRENDEMOS COM AS PARTICIPANTES

Na Roda de conversa foi solicitado às pessoas participantes que respondessem um questionário de avaliação da atividade, que foi posteriormente sistematizado pelas estudantes com o intuito de provocar análises reflexivas sobre os dados coligidos.

O formulário incluiu perguntas de identificação do perfil do público participante, a sua aproximação com o tema do racismo, bem como os desafios no seu enfrentamento. Além da avaliação e sugestão de outras atividades.

Perfil das/os participantes

Participaram da roda de conversa e responderam ao questionário, um total de 15 (quinze) pessoas, entre as quais se encontravam residentes do serviço, estudantes, visitantes, usuárias do serviço e trabalhadoras/es da instituição. A diversidade no perfil de pessoas participantes colaborou na realização e condução da atividade. Acerca dos dados dos participantes, obtivemos as seguintes respostas:



Do total, 35% foi representado por residentes, estudantes e visitantes. Esse grupo composto por uma diversidade de saberes e experiências, demonstrou amplo interesse no tema, o que possibilitou o enriquecimento do debate e a contribuição de diferentes perspectivas.

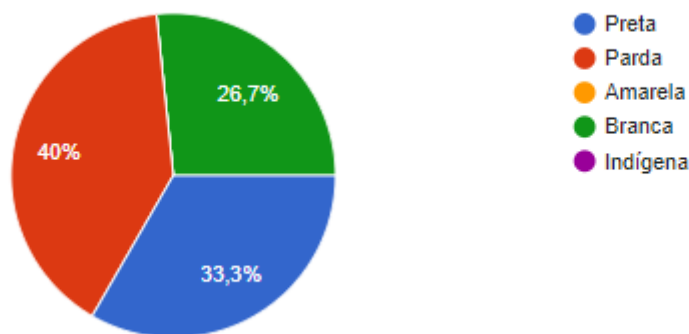
Apenas 20% das participantes eram usuárias dos serviços, o que pode indicar pouco interesse no tema, divulgação insuficiente no serviço ou impedimento de acesso no dia da atividade. Consideramos então que dificuldades que impeçam a participação em experiências coletivas de reflexão sobre temáticas que afetam o conjunto das usuárias precisam ser identificadas e dialogadas de modo a ultrapassar possíveis barreiras.

E 45% das participantes eram trabalhadoras do serviço. Esse percentual pode refletir um significativo interesse por questões relacionadas ao racismo e à igualdade de gênero e o compromisso com uma perspectiva crítica e antirracista.

Entendemos que a participação de trabalhadoras e trabalhadores das políticas públicas em espaços de formação antirracista é de suma importância para transformação de processos de trabalho na forma de projetos e ações baseados na equidade racial, sexual e de gênero, promovendo um atendimento que situe os impactos do racismo e do sexismo nas vidas das mulheres negras em situação de violência.

Identificação de Raça/Cor

O Brasil foi o último país das Américas a abolir oficialmente a escravidão e possui a maior população negra fora do continente africano. Segundo dados do IBGE (2022), 55,5% dos brasileiros se identificam como pretos ou pardos, ou seja, negros. Esse alto percentual de identificação com a negritude e a afrodescendência estão presentes na autodeclaração das pessoas participantes da Roda de conversa evidenciando a significativa presença na sociedade brasileira.



Do total, 33% dos participantes se identificaram como pretos e 40% como pardos. Isso significa que a maioria das participantes, no total de 73%, se autodeclararam negras. Esse expressivo percentual faz pensar sobre a importância de incorporar o debate das relações étnico-raciais nos processos de trabalho dos serviços e também sugere que as pessoas estão conscientes da falta de representação e da invisibilidade histórica do povo negro em posições de decisão institucional.

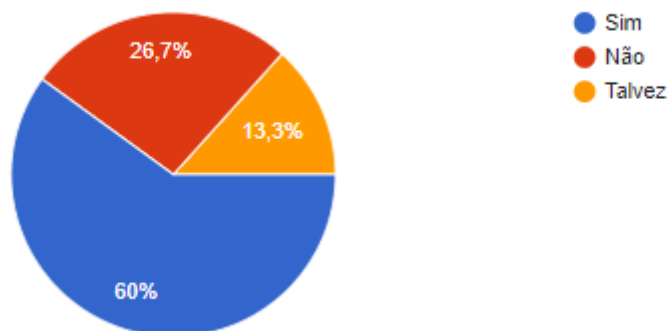
Outro dado importante sistematizado foi o percentual de participantes que se identificaram como brancos, que correspondeu a 26,7%. A presença de pessoas brancas em atividades de formação antirracista pode promover entre elas uma outra visão sobre as experiências raciais, considerando a branquitude e seus privilégios correspondentes.

Não houve autodeclaração de pessoas de origem asiática (amarelos) e indígenas, o que podemos avaliar a partir de uma desnaturalização sobre *aquelas e aqueles que nunca estão*, para nos indagar sobre a ausência, especialmente de pessoas autodeclaradas indígenas nos espaços públicos. Entendemos que estas *ausências* limitam a pluralidade dos debates e experiências, restringindo uma compreensão mais abrangente dos problemas que envolvem a violência contra mulheres em nosso país.

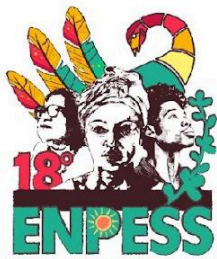
Experiências com discriminação e racismo

Foi perguntado às pessoas participantes: *Você já vivenciou alguma discriminação que considerou como racismo?* E 60% dos participantes afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação. Esse percentual, que representa a maioria, é particularmente significativo, considerando o perfil racial do grupo, em que 73% se autodeclararam como pessoas negras, o que também pode explicar esse índice de vivências de discriminação e racismo.

Adicionalmente, na análise das respostas sobre experiências com discriminação e racismo, identificamos que 26,7% responderam que nunca sofreram discriminação ou racismo com base na cor da pele. Entretanto, 13,3% indicaram que podem ter sofrido discriminação, mas não conseguiram identificar essas experiências. O que pode ser atribuído ao mito da democracia racial ainda prevalente no Brasil, que dificulta tanto o reconhecimento como debates mais profundos e críticos sobre o racismo.



Quando observamos as respostas à pergunta *“Caso a resposta anterior tenha sido sim ou talvez, essa situação aconteceu onde?”*, as respostas fornecem uma visão mais detalhada sobre os contextos em que o racismo se expressa na experiência das participantes. Isso pois, 33,3% afirmam ter sofrido discriminação em estabelecimento comercial, dado este que reflete uma questão estrutural no mercado de consumo, onde práticas como atendimento diferenciado, vigilância excessiva por parte de seguranças contra pessoas negras, ou até a recusa de serviços com base em estereótipos raciais são frequentes.

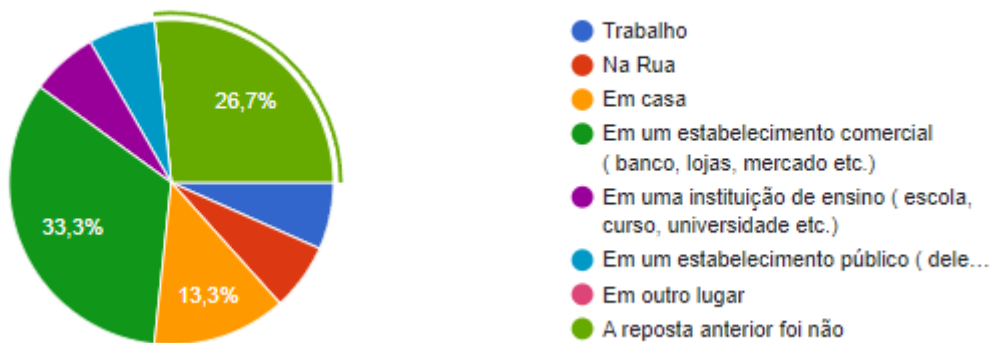


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A ocorrência de racismo no ambiente doméstico, com cerca de 13,3%, demonstra a importância de incluir abordagens que discutam ações antirracistas também no ambiente familiar, onde as interações cotidianas podem refletir discriminações raciais que tendem a ser normalizadas como parte da dinâmica da família.



As respostas revelam a prevalência e a diversidade das experiências de racismo enfrentadas pelas participantes. Com 60% relatando já ter vivenciado discriminação racial, é evidente que o racismo é uma questão significativa na vida social, que se manifesta de maneira contundente em diversos espaços, contrariando qualquer ideia de democracia racial.

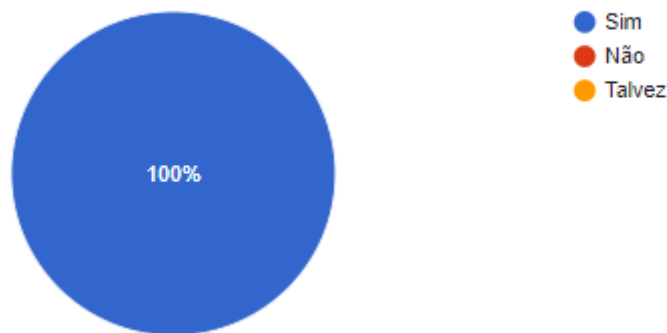
Para além dos dados apresentados, consideramos que esta pergunta não forneceu espaço para que os participantes pudessem considerar mais de um contexto onde já sofreram racismo. Consideramos que oferecer no questionário a possibilidade de identificação de múltiplos espaços de ocorrência da discriminação racial pode permitir uma análise mais detalhada das diversas formas e locais em que o racismo se manifesta. Isso será especialmente importante para captar a complexidade das experiências singulares, uma vez que o racismo pode ocorrer em diferentes esferas da vida, como no trabalho, em espaços públicos, em instituições de ensino, entre outros, revelando assim padrões mais profundos e interseccionais da discriminação e dos desafios contemporâneos ao seu enfrentamento.

Percepção sobre Desigualdade de Gênero e Racismo

As desigualdades de gênero e raciais permanecem elevadas no país. Esta realidade é especialmente evidente quando remetemos ao histórico de colonização e escravidão, cujos

desdobramentos funcionais ao capitalismo dependente, mantém as desigualdades sociorraciais e de gênero que estruturam a sociedade contemporânea.

Esta constatação é corroborada pela resposta de 100% dos participantes concordando que as relações desiguais entre os gêneros e o racismo ampliam a distância social. A partir deste consenso refletimos sobre a interseccionalidade das desigualdades e os desafios específicos enfrentados por mulheres negras em diferentes espaços.

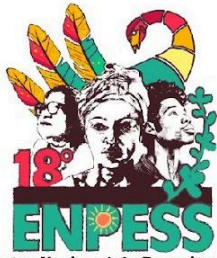


4. CONCLUSÃO

No Brasil, como em outros países latinoamericanos, o sistema colonial expropriou, explorou e assassinou milhões de pessoas ao longo de quatrocentos anos. Contudo o fim do sistema significou a manutenção de suas práticas através de uma organização social e econômica subordinada aos interesses do capital internacional, sob a égide do Imperialismo. A abolição sem reforma agrária para as populações negras e a condição de tutelados para os povos indígenas não alterou a percepção sobre esses segmentos.

A negação da plena humanidade do Outro, a sua apropriação em categorias que lhe são estranhas, a demonstração de sua incapacidade inata para o desenvolvimento e aperfeiçoamento humano, a sua destituição da capacidade de produzir cultura e civilização prestam-se a afirmar uma razão racializada, que hegemoniza e naturaliza a superioridade européia. O Não-ser assim construído afirma o Ser (Carneiro, 2005, p.99).

Este pensamento fortalecido pelas estratégias neoliberais e racistas de enfrentamento da crise do capital tem cada vez mais imposto barragens aos direitos sociais impactando diretamente na vida das populações negras, em especial das mulheres negras, visto que lidam com uma sociedade de base patriarcal em que o gênero, a raça e a classe as colocam em um lugar de objeto triplamente explorado.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pensando nos processos anteriores e atuais compreendemos que o epistemicídio engendrado pelo Estado impacta as mulheres negras em termos de seu apagamento como sujeita na História, estereotipadas como “a mãe preta, a mulata ou a empregada doméstica” nos termos da crítica de Lélia Gonzalez (1984).

É importante ressaltar que o epistemicídio não se mostra de forma nítida, é negado e ocultado pelos ditames do mito da democracia racial ao mesmo tempo que são reforçadas as inferioridades. Então esse apagamento(anulação) do ser não ocorre de uma única vez, ele é induzido aos poucos, em todas as dimensões da vida social, até que as próprias sujeitas se convençam que para sua sobrevivência é preciso agregar para si a forma de agir e pensar do outro. O que leva a alienação e não reconhecimento pelas populações negras, do seu real lugar social pela imposição de determinações estéticas e barragens no acesso aos direitos sociais.

Na Roda de conversa "*Subjetividade, Gênero e Racismo: Mulheres Negras na História do Mundo*" encontramos uma significativa representação de pessoas pretas e pardas com percepção do racismo no cotidiano. Contudo, as relações étnico-raciais ainda não são um tema intrínseco aos processos de trabalho no serviço.

A unanimidade na percepção de que a desigualdade de gênero e o racismo aumentam a distância social entre mulheres negras e indígenas e outros grupos sociais reflete uma compreensão compartilhada e crítica das barreiras enfrentadas por essas mulheres, o que entendemos ser uma possibilidade de articular racismo e sexismo como “gatilhos” de violência doméstica a serem então incluídos como componentes no trabalho de atenção às mulheres.

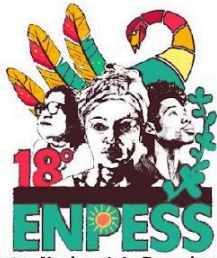
REFERÊNCIA

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. . Acesso em: 13 jun. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em 19 ago. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022. Disponível em:
MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. In: Revista Princípios nº 34,
ago-out 1994, pág. 28-38. Disponível em:
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/034.pdf>.